do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

**Informação Plano de Insolvência**

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

06-12-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

305437833

### Anúncio n.º 19403/2011

**Insolvência Pessoa Singular (Apresentação)**
**Processo 621/11.6T2AVR**

Encerramento de Processo

Nos autos de Insolvência acima identificados em que é insolvente: Sandra Cristina Martins Rodrigues, solteira, nascida em 28-09-1978, natural da freguesia de Agadão (Águeda), NIF — 221.959.459, BI — 11257174, endereço: Rua Quelha do Medeiro, Guístola — Agadão, 3750-015 Águeda; administradora da Insolvência: Dra. Carla Maria de Carvalho Santos, endereço: Rua Nélson Neves, 177, Sangalhos, 3780-101 Anadia, e Fiduciário: Dra. Carla Maria de Carvalho Santos, endereço: Rua Nélson Neves, 177, Sangalhos, 3780-101 Anadia

Ficam notificados todos os Interessados, de que por Decisão proferida em 14-12-2011, o processo supra identificado foi declarado encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da Massa Insolvente para a satisfação das custas do processo e restantes dívidas (artigo 232.º, n.º 2 do CIRE). Efeitos do encerramento: após trânsito em julgado da presente decisão, tem início o período de cessão do rendimento disponível da Insolvente (artigo 239.º, n.º 2 do CIRE).

15-12-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Duarte*.

305469107

## TRIBUNAL DA COMARCA DO BOMBARRAL

### Anúncio n.º 19404/2011

**Processo n.º 470/11.1TBBBR**
**Insolvência pessoa singular (Apresentação)**

Devedor: Carlos Alberto Rebelo Pereira
Credor: Banco BPI, S. A., e outros
N/Referência: 599334

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Carlos Alberto Rebelo Pereira, estado civil: Casado, nascido(a) em 17-10-1960, NIF 112491758, BI 4452236, Endereço: TV. Vale do Regato, N.º 2, 2.º, direito, 2540-110 Bombarral.

Administrador da Insolvência: Dr. José A. Cecílio, Endereço: Rua Barreto Perdigão, N.º 1, 1.º, esquerdo, 2410-088 Leiria.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 13-01-2012, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Não foi limitada a participação na assembleia aos titulares de créditos, podendo os credores afectados fazer-se representar por outro cujo crédito seja pelo menos igual ao limite fixado, ou agrupar-se de forma a completar o montante exigido, participando através de um representante comum (n.º 4 do artigo 72.º do CIRE).

14 de Dezembro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Andreia Valadares Ferra*. — O Oficial de Justiça, *Arminda Sousa*.

305467844

## 3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

### Anúncio n.º 19405/2011

**Processo: 5079/11.7TBBRG**
**Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Cláudia Sofia Lopes Dias.
Insolvente: Talho Goiaz, L.da
N/Referência: 9755954

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados, nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 3.º Juízo Cível de Braga, no dia 14-11-2011, pelas 10:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Talho Goiaz, L.da, número de identificação de pessoa colectiva 502185635, Endereço: Praça do Comércio, N.º 97, R/ch, S. Vicente, 4700-370 Braga, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: João Martins Cardoso, número de identificação fiscal 192641379, Endereço: Rua Custódio Vilas Boas, N.º 29, 3.º, esquerdo, S. Vicente, 4700-374 Braga, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr. Nuno Albuquerque, Endereço: Administrador da Insolvente, Rua Bernardo Sequeira, n.º 78, 1.º, Sala I, apartado 3033, 4710-358 Braga.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados — correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11-01-2012, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

**Informação — Plano de Insolvência**

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

14-11-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Jorge Moreira Santos*. — O Oficial de Justiça, *Ana Paula Ramos Pereira Fonseca*.

305356411

## 4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

### Anúncio n.º 19406/2011

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência pessoa singular (Apresentação) n.º 6304/10.7TBBRG a correrem termos no 4.º Juízo Cível do tribunal Judicial de Braga, em que são insolventes:

Amadeu Gonçalves Magalhães, nascido em 01-09-1966, NIF — 213343517, BI — 11604403, Endereço: Rua da Capela de Baixo, n.º 57, S. Paio de Arcos, 4705-791 Braga e Paula Cristina Rodrigues Esteves, nascida em 22-08-1975, nacional de Portugal, NIF — 204851599, Endereço: Rua da Capela de Baixo, n.º 57, S. Paio D Arcos, 4705-791 Braga.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado:

Manuel Jaime Fernandes, Endereço: Rua Diogo Botelho, 137, Loja 5, 4150-262 Porto.

Durante o período de cessão (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufira, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

05-12-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Paula da Gama Araújo*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Augusto dos Santos Novo*.

305427813

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO BRANCO

### Anúncio n.º 19407/2011

**Processo: 368/11.3TBCTB Insolvência pessoa singular (Apresentação)**

Insolvente e requerente: António Manuel Dias e Francisca Silva Duarte Dias.

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são: António Manuel Dias, NIF — 182683036, BI — 9384087, Endereço: Praceta Miguel Torga, Lote 21, 11, R/c Dtº., Castelo Branco, 6000-000 Castelo Branco e Francisca Silva Duarte Dias, estado civil: Desconhecido, NIF — 194983455, BI — 11208196, Endereço: Rua Santiago, 17, 3.º, 6000-179 Castelo Branco. Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante. Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: o Sr. Administrador da Insolvência, Dr. Aníbal dos Santos Almeida, Rua Alves Martins, Edifício Humberto Delgado, 40-5.º B, Viseu, 3500-078 Viseu. Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufira, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

19-12-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Inês Figueiredo*. — O Oficial de Justiça, *António Cruz*.

305484116

## TRIBUNAL DA COMARCA DE CELORICO DE BASTO

### Anúncio (extracto) n.º 19408/2011

**Processo n.º 671/09.2TBCBT-J — Prestação de Contas**

Insolvente: Filomena Maria Salgado Esteves

A Dra. Ana Luísa Meirinho, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Filomena Maria Salgado Esteves, NIF 194801764, BI 7770110, Endereço: Rua Senhora da Saúde, Britelo, 4890-284 Celorico de Basto, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

15-12-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Luísa Meirinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Isabel Alves*.

305475011

## 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FARO

### Anúncio n.º 19409/2011

**Processo: 3411/11.2TBFAR Insolvência pessoa singular (Apresentação) N/Referência: 5970128**

Insolventes: António Manuel Leocácio Garrano e Virgínia Maria Pereira Pinóia Garrano

Credor: Barclays Bank Plc e outro(s).